

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 11/4/2016, Seção 1, Pág. 29.

Portaria nº 200, publicada no D.O.U. de 11/4/2016, Seção 1, Pág. 25.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: Instituto de Ensino Superior Anchieta		UF: PR
ASSUNTO: Recredenciamento da Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná, com sede no município de Curitiba, estado do Paraná.		
RELATOR: Luiz Fernandes Dourado		
e-MEC Nº: 200905664		
PARECER CNE/CES Nº: 265/2015	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 8/7/2015

I – RELATÓRIO

O pedido de recredenciamento da Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná (cód.1.900) foi protocolado sob o número e-MEC 200905664.

A Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná é mantida pelo Instituto de Ensino Superior Anchieta (cód.1.249), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, e foi credenciada pela Portaria MEC nº 2.722/2001, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 14 de dezembro de 2001, com sede e foro no município de Curitiba, estado do Paraná. A Instituição de Educação Superior (IES) está situada na Rua Pedro Gusso, nº 4.150, bairro Cidade Industrial, no município de Curitiba, estado do Paraná.

A seguir transcrevo a manifestação da Secretaria de Educação e Regulação da Educação Superior (SERES), com base nos relatórios de avaliação, contidos nos autos.

II – Considerações sobre a avaliação in loco

A verificação in loco realizada na Instituição, durante os dias 23 e 27 de novembro de 2011, resultou na elaboração do Relatório de Avaliação nº 84.434. O relatório apresenta o seguinte quadro de conceitos atribuídos às dimensões avaliadas:

<i>Dimensões</i>	<i>Conceitos</i>
<i>1. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).</i>	<i>2</i>
<i>2. A política para o ensino (graduação e pós-graduação), a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, para as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.</i>	<i>3</i>
<i>3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</i>	<i>3</i>
<i>4. A comunicação com a sociedade</i>	<i>3</i>
<i>5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico administrativo, seu aperfeiçoamento, seu desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.</i>	<i>4</i>
<i>6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</i>	<i>3</i>
<i>7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.</i>	<i>2</i>
<i>8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.</i>	<i>3</i>

<i>9. Políticas de atendimento aos estudantes.</i>	3
<i>10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.</i>	3
CONCEITO INSTITUCIONAL	3

Quanto aos requisitos legais, todas as exigências constantes do instrumento de avaliação foram atendidas, exceto a referente às condições de acesso aos portadores de necessidades especiais, que não foi plenamente observada.

Sobre as dimensões avaliadas, cumpre apresentar as considerações feitas pelos avaliadores:

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 1

A FAESP apresentou no e-MEC, o PDI referente ao período de 2007-2011. Considerando as metas e ações institucionais previstas, a Comissão verificou “in loco” que as propostas constantes no PDI não estão plenamente implementadas. Ações previstas como a criação de novos cursos de graduação, pós-graduação, atividades científicas e convênios, não foram ainda totalmente implantadas.

A Pesquisa apresenta atividades com participação pouco significativa na relação projetos/professores/alunos e publicações reduzidas, restringindo-se quase exclusivamente a TCCs e alguns poucos projetos de Iniciação Científica que se limitam à iniciativa isolada de alguns professores.

Relativo aos processos de avaliação institucional, a Comissão observou que a CPA está estruturada e funciona realizando reuniões periódicas constatadas através de atas de reuniões e relatos dos integrantes. Tem representação dos três segmentos da IES e de dois representantes da comunidade externa (sociedade civil). Nos últimos dois relatórios de auto-avaliação (sic) (2008 e 2009) foram identificados que os processos da auto-avaliação (sic) não demonstram satisfatória articulação com o PDI, provavelmente devido à metodologia utilizada, refletindo resultados e ações de melhoria timidamente identificados pela comunidade, restringindo-se talvez à infraestrutura (sic) física da IES e avaliação dos docentes.

No que se refere às avaliações externas, vale ressaltar que a IES obteve IGC=2 no ano de 2008 e desempenho no último ENADE com conceito três para os Cursos de Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia.

Observa-se a necessidade de ações que sistematizem e definam objetivamente procedimentos e envolvimento de docentes, discentes e gestão da IES no sentido de implantar plenamente as metas e políticas institucionais previstas no PDI.

A comissão observou a centralização de determinados setores da FAESP em relação à Mantenedora. O Diretor da Mantenedora é o mesmo da IES e preside seus Conselhos Administrativos e Acadêmicos, o que talvez possa estar dificultando o pleno desenvolvimento dos procedimentos administrativos e metas visando atingir os objetivos previstos no PDI, o que reflete uma situação aquém do referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 2

As atividades de ensino, pesquisa e extensão da IES estão em conformidade com o PDI, embora necessitem de melhor planejamento de gestão para desenvolver e ampliar determinados aspectos destas políticas.

A IES oferece 05 Cursos de Graduação (Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Sistemas de Informação e Engenharia Ambiental). As atividades e os projetos pedagógicos estão articulados com as políticas de ensino e extensão, percebendo-se a atuação do corpo docente de forma estimulada e com bom nível de

formação acadêmica que vem trabalhando no sentido de articular a efetivação das políticas educacionais. Contam com o apoio do Núcleo de Apoio Psicossocial-NAP. Os cursos de graduação funcionam nos moldes presenciais.

São oferecidos Cursos de Pós-Graduação “lato sensu” que, segundo documentos da IES visam (sic) sobretudo contribuir com a formação continuada de egressos, bem como de outros profissionais da região. Atualmente são ofertados três Cursos de Especialização (Psicopedagogia Institucional e Clínica, Gestão de Pessoas e Gerenciamento Empresarial) e como complementação, o Curso de Metodologia do Ensino Superior. Estes cursos são oferecidos através do Centro Anchieta de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – CAPPEX.

A IES desenvolve vários programas de Extensão, ligados aos vários cursos, cujas atividades resultam de diretrizes de ações implantadas e acompanhadas, mais especificamente nas áreas de Pedagogia e Engenharia Ambiental através do Núcleo de Tecnologia Ambiental – NTA com atividades multidisciplinares vinculadas à formação acadêmica do estudante e atendendo também à política de responsabilidade social da IES.

As políticas institucionais de Pesquisa e Iniciação Científica ainda são muito tímidas e requerem maior atenção por parte dos gestores da IES pois, (sic) verifica-se que os projetos são esparsos e de iniciativa isolada de professores, necessitando maiores investimentos. O estímulo à produção acadêmica e científica não está consolidado, resumindo-se aos TCCs, relatórios de estágios e atividades complementares.

Nesta dimensão, a IES necessita definir mais claramente e dar condições de plena implementação das políticas contidas no PDI e Regimento. Considera-se atendido o referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 3

O PDI não detalha claramente ações de responsabilidade social. Entretanto (sic), em entrevistas e evidências documentadas foram identificadas ações de responsabilidade social praticadas pela IES.

As ações de responsabilidade social desenvolvidas pela IES contribuem para o desenvolvimento socioeconômico e educacional da região. Existem convênios com empresas e indústria (sic) com oferta de bolsas de descontos e estágios. Há também parceria com ONG local – CEACON – Centro de Atendimento Comunitário São Jorge, que compreende a facilitação do acesso à rede de ensino superior no segmento de jovens em situação de vulnerabilidade social por meio de descontos mensais aplicados aos valores da mensalidade cobradas (sic) pela IES. Há ainda uma parceria com Rádio Comunitária para divulgação dos cursos.

As ações de inclusão social observadas incluem:

- Serviço de apoio destinado aos acadêmicos com necessidades especiais. A instituição possui dois estudantes cadeirantes e uma estudante com deficiência auditiva, que a partir de 2010 recebe acompanhamento de profissional de Libras.

- Política de descontos para mensalidades, visando possibilitar aos estudantes com condições menos favoráveis a realização de seus estudos. Atualmente, este desconto é de até 50% para aproximadamente 70% dos estudantes da IES.

- Programa PROUNI, com 80 alunos contemplados com bolsas parciais e integrais.

- Programa FIES, com 26 alunos contemplados.

- Convênio de estágios nas empresas/indústrias da região.

A IES realiza ações com vistas à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da produção artística. Foi criado o Núcleo de Tecnologia Ambiental ligado

ao curso de Engenharia Ambiental, de caráter interdisciplinar com objetivo de realizar pesquisas, projetos e atividades de extensão relacionadas à tecnologia ambiental. Algumas das ações de extensão tem (sic) caráter social, tais como:

- Projeto do óleo ecobeneficiente, por meio da reciclagem e venda de óleo doméstico para aquisição e doação de leite às crianças carentes da região.
- Projeto de desenvolvimento de aquecedor solar com resíduos sólidos.
- Projeto de papel reciclado.
- Feira do empreendedor, fomentando a capacidade empreendedora dos estudantes.
- Dia de responsabilidade social promovido pela ABMES, com gincana envolvendo arrecadação de alimentos, roupas, brinquedos, cobertores e prestação de serviço à comunidade com doação de sangue, medição de pressão, testes de diabetes, massoterapia, exame de vista, apresentações para crianças, etc.

Outros cursos da IES também desenvolvem anualmente atividades complementares aberto à comunidade interna e externa, por meio de cursos, oficinas e workshops.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 4

Existem algumas ações de comunicação com a sociedade externa, como divulgação por meio de rádio comunitária, parceria com ONG e empresas, e eventos promovidos pela IES. A comunicação interna é mais articulada que a externa. A Ouvidoria está implantada e funciona adequadamente, com pessoal e infra-estrutura (sic) própria, inclusive Ouvidor. Seus registros e observações são efetivamente levados em consideração pelas instâncias acadêmicas e administrativas. Também é disponibilizado um link na página da IES. Entretanto (sic), como a ouvidoria foi implantada recentemente, os relatos ainda são realizados preferencialmente por meio de canais diretos com Coordenadores de Curso e com dirigentes. A IES disponibiliza aos discentes, um Núcleo de Atendimento Psicopedagógico, coordenado por uma psicóloga responsável pelo atendimento.

A comunicação com a sociedade configura um quadro similar ao referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 5

O corpo docente tem formação mínima de pós-graduação lato sensu e experiência profissional e acadêmica adequadas às políticas constantes nos documentos oficiais da IES e vários docentes ultrapassam o referencial mínimo de qualidade, com formação acadêmica de Mestre e Doutor (total de 57 docentes, dos quais 38 são Mestres, 5 são Doutores e os demais são especialistas). As condições de trabalho são adequadas, o Plano de Carreira Docente é conhecido pela comunidade acadêmica e as políticas de capacitação e de acompanhamento do trabalho docente estão parcialmente implementadas. A pontuação para a progressão horizontal não tem sido aplicada e difundida, embora esteja estabelecida como indicador, conforme Regimento. A IES permite afastamentos e concede licenças não-remuneradas (sic) para progresso acadêmico (Mestrado/Doutorado). Há uma clara satisfação do corpo docente com as condições institucionais oferecidas.

O perfil do corpo técnico-administrativo está adequado às políticas constantes dos documentos oficiais da IES. Há um Plano de Cargos e Salários homologado, mas os funcionários não demonstraram conhecê-lo. Existem atividades de capacitação, mas sem uma sistematização ou uma rotina de aperfeiçoamento.

Há (sic) entretanto, programas de bolsas para funcionários e dependentes.

Os indicadores da dimensão configuram um quadro além do que expressa o referencial mínimo.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 6

A estrutura organizacional da FAESP, conforme descrito no PDI compreende: Diretoria geral; Diretoria Financeira e de Patrimônio; Diretoria de Planejamento; Conselho Técnico-Acadêmico; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Diretoria do Instituto Superior de Educação; Coordenações dos Cursos de Graduação; Coordenação Pedagógica, Colegiados de Curso e Secretaria Executiva. O Conselho Técnico Administrativo (órgão de deliberação), o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão técnico de cooperação e de assessoramento (sic) e os Colegiados de Curso (órgãos de representação acadêmica dos cursos da IES) contam com a participação da comunidade acadêmica, que é convidada a participar destes órgãos, conforme relatos "in loco" e nos documentos oficiais da IES. O Conselho Técnico Administrativo e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão tem (sic) como presidente, o diretor geral da instituição. Há participação dos membros dos órgãos colegiados nos processos decisórios de âmbito acadêmico. Entretanto, a representação da direção em praticamente todas as instâncias normativas e executivas pode configurar uma perda de autonomia e independência acadêmica, especialmente em um quadro de expansão.

Há preocupação da IES quanto a gestão institucional pautada em princípios de qualidade, porém não há indicadores ou metas formalmente estabelecidas.

O Conselho Técnico Administrativo; o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão; os Colegiados de Curso cumprem o que está disposto no Regimento da IES no que diz respeito ao funcionamento e à representatividade. Há reuniões periódicas com participação de todos os membros constituintes destes órgãos conforme relatado nas entrevistas com a comunidade acadêmica e verificado em Atas de reunião.

Os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 7

A descrição de infra-estrutura (sic) física apresentada no PDI do sistema e-MEC não traz informações detalhadas desta dimensão.

A IES ocupa uma área de 3 blocos, todos com rampas de acesso e banheiros em todos os pisos. Dois dos blocos são contíguos e um terceiro é um pouco mais afastado, mas ligado aos demais por uma via com toldo. Apenas o bloco principal conta com elevador e um único banheiro situado no andar térreo para portadores de necessidades especiais. A estrutura física não é adequada para portadores de deficiência visual. Neste bloco encontram-se a administração (térreo) e a biblioteca (4o. e último andar). Há um auditório alugado em área muito próxima à faculdade, mas em condições inadequadas de acústica e conforto. Um novo auditório está em construção no bloco principal.

Há uma quantidade suficiente de salas de aula em todos os blocos, em bom estado. Os recursos de multimídia são muito limitados (seis canhões projetores disponíveis para atender todas as turmas). Os laboratórios de informática (2, com cerca de 20 computadores em cada) atendem a demanda dos cursos, porém ficam fechados fora do horário noturno de aulas, dificultando o uso extra-classe (sic). Há ainda algumas máquinas (10) disponíveis na biblioteca para uso dos estudantes.

A área externa da instituição inclui algumas partes abertas utilizadas para estacionamento de automóveis e motos de estudantes e docentes. Há uma quadra esportiva e uma área de convivência e pequena cantina próximas às salas da administração. Estas últimas são concentradas em dois espaços de boas dimensões com salas de coordenadorias e secretarias de um lado, e sala de professores e de

apoio (ouvidoria e apoio psicopedagógico) do outro. Todas estas salas são adequadas para seus fins. A sala de professores conta com banheiros privativos, ampla mesa de reuniões e recursos de informática insuficientes.

A biblioteca conta com acervo adequado e bom espaço físico, mas os serviços de consulta são limitados a (sic) operação de um único terminal. A comissão observou ações de atualização e ampliação do acervo bibliográfico e dos serviços. A biblioteca opera de segunda a sexta-feira em período integral e aos sábados pela manhã.

Os indicadores desta dimensão avaliada configuram um quadro aquém do que expressa o referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 8

O planejamento e a avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação (sic) institucional da IES estão parcialmente coerentes com o especificado no PDI. Conforme observado no PDI e nos relatórios de auto-avaliação (sic), trata-se ainda de um processo em desenvolvimento que necessita de uma maior estruturação e articulação com as ações acadêmicas e administrativas.

A CPA conta com uma estrutura composta por representantes dos segmentos docente, discente, técnico-administrativo e da comunidade externa. Os resultados da avaliação são traduzidos em relatórios de auto-avaliação (sic) e disponibilizados no site da IES.

A coleta de dados e informações é realizada a partir de questionário on line (avaliação do quadro administrativo, do quadro docente, de infraestrutura e logística, e da coordenação) aplicada uma vez ao semestre aos estudantes. Questionário similar é aplicado aos docentes. De acordo com o relato dos membros da CPA, os dados são analisados pela comissão que por meio de plano de ação, encaminham suas sugestões aos gestores. Ainda de acordo com os membros da CPA, há uma preocupação de que os resultados das avaliações internas e externas venham a ser utilizados com maior ênfase no processo de planejamento da instituição e para a definição de políticas, diretrizes, ações e melhoria no desempenho institucional.

Os indicadores desta dimensão avaliada configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 9

As políticas de atendimento aos discentes estão coerentes com as especificadas no PDI. Há uma política institucional para atividades de desenvolvimento acadêmico dos discentes que envolvem a realização de oficinas, palestras, semana multidisciplinar, participação em feiras de empreendedorismo e projetos específicos, como por exemplo: Dia da Responsabilidade Social, Reciclagem, etc.

Há uma adequada relação das políticas da IES com o contexto social do entorno. Existem programas de bolsas voltados para estudantes carentes e convênios com empresas da região para concessão de bolsas e estágios. É realizado um acompanhamento pedagógico dos estudantes e são oferecidos cursos de nivelamento. Há uma pedagoga dedicada ao acompanhamento discente, um núcleo de apoio psicopedagógico (sic) e uma ouvidoria que, embora implantada há pouco tempo, tem atuado de forma sistemática. Os estudantes também têm acesso aos coordenadores de curso para apresentar reclamações e sugestões. De acordo com relatos, o horário de atendimento para os estudantes é por vezes insuficiente para a demanda.

O acompanhamento de egressos é incipiente e ainda não ocorre de forma sistemática.

Os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIMENSÃO 10

Não existem informações suficientes no PDI do sistema e-MEC relativos a (sic) capacidade e sustentabilidade financeira a partir de 2009.

De acordo com os dirigentes da IES, as políticas de captação e alocação de recursos são tratadas em conjunto pela mantenedora para todas as modalidades de ensino ofertadas pelo Complexo Educacional Anchieta.

A IES apresentou certidões negativas e dados que configuram controle entre as despesas efetivas e as referentes à (sic) despesas correntes de capital e de investimento da IES.

Os dirigentes apresentaram "in loco" um plano de expansão para o período de 2010-2015. O plano prevê a alocação em 2010 de recursos para construção de um auditório com previsão de conclusão em 2011, além de outros investimentos em infraestrutura (sic) e programas acadêmicos. Verificou-se "in loco", o início da construção do auditório.

Os indicadores da dimensão avaliada configuram um quadro similar ao que expressa o referencial mínimo de qualidade.

III – Considerações da análise técnica

O relatório de avaliação indicou que a IES obteve dois conceitos insatisfatórios entre as dimensões avaliadas (dimensões 1 e 7).

Nas referidas dimensões, foram identificados problemas relacionados à implantação de propostas contidas no PDI, ao processo de autoavaliação e à autonomia da mantida perante a sua mantenedora.

Além disso, foram observadas algumas limitações relativas às instalações físicas, sobretudo no que tange às instalações voltadas aos portadores de necessidades especiais.

Diante desse cenário, foi instaurada uma diligência com o propósito de buscar esclarecimentos, informações atualizadas e documentos comprobatórios que pudessem indicar possíveis melhorias quanto aos aspectos destacados acima.

Em sua resposta, a IES acentuou o lapso entre o protocolo do pedido de credenciamento e a avaliação propriamente dita. Enfatizou que, no momento da avaliação (novembro de 2010), o PDI protocolado já estava no fim de sua vigência (2007 – 2011).

Segundo a instituição, após a avaliação institucional, ela passou por várias transformações e atualizações:

- O IGC passou a ser satisfatório nos anos de 2012 e 2013.

- A mantenedora reestruturou o seu corpo dirigente, o que acabou por refletir nas ações da mantida.

- O corpo acadêmico foi reestruturado.

- O PDI foi feito e atualizado para o período de 2013 – 2017. (Este documento está contido no processo de credenciamento EAD da IES – nº 201355181 – com sugestão de encaminhamento ao INEP pelo órgão competente).

Ademais, a IES ressalta que possui autonomia em relação à mantenedora, conforme consta no item 7 do PDI atualizado.

Sobre o atendimento a pessoas com deficiência e necessidades especiais, a instituição apresenta as seguintes informações:

Como intérprete de Libras a Faesp tem, no seu quadro docente, a professora Liliane Assumpção Oliveira, sócia - diretora do Centro de Educação Infantil Brincar de Aprender, Tradutora/Intérprete de Libras em IES, Professora Bilíngue, Assessora Didático-Pedagógica e Tradutora/Intérprete de Libras no CAS - PR. Por treze anos

foi professora no Colégio Estadual Para Surdos Alcindo Fanaya Jr. na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem. Tradutora e Intérprete de Libras/Língua Brasileira certificada pelo MEC, atuando em escolas, cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e ead, palestras e outros eventos.

Além da professora tradutora/intérprete de Libras, a Faesp tem, no seu quadro docente, o professor Luiz André Brito Coelho, surdo, que ministra a disciplina de Libras – Língua Brasileira de Sinais. O professor Luiz André é Licenciado em matemática pela Universidade Castelo Branco (2008) e em Letras, habilitação licenciatura em Língua Brasileira de Sinais pela UFSC (2011), especialista em educação bilíngue para surdos pela Faculdade de Tecnologia América do Sul (2011). Professor de Libras atuante na Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) e na APP sindicato (núcleo sindical Curitiba-norte), ministrante de cursos de Libras nos diferentes níveis. Coordenador social da Associação dos surdos de Curitiba (2010), Coordenador e secretário da Feneis Curitiba (2011), Coordenador secretário da Associação dos surdos de Curitiba (2011). Possui certificado PROLIBRAS (Exame nacional de Proficiência em Língua Brasileira de Sinais). Pesquisador da área da matemática e surdez.

A acessibilidade ocorre com acesso por rampas, elevador, telefone e bebedouro adaptados. São três banheiros adaptados, conforme o estabelecido na NBR 9050.

Para atender as pessoas com deficiência visual, a Faesp celebrou convênio de amparo técnico científico com a Imprensa Braille, da Adevipar – Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (convênio anexo) para transcrever em Braille todo o material necessário, desde a prova do processo seletivo até os materiais didáticos necessários no transcorrer dos cursos.

Também, como recurso físico, a Faesp mantém no elevador do seu prédio a identificação em Braille e a pista tátil diante das escadas e elevador. Tem instalado o DOSVOX que é um sistema para computadores, que permite que o microcomputador se comunique com o usuário através de comandos de voz. Cada ação (comando, tecla) executada no programa emite uma síntese de voz ao que permitem deficientes visuais adquiram um grau de independência na tarefa executada.

O programa é composto por: Sistema operacional que contém os elementos de interface com o usuário; Sistema de síntese de fala; Editor, leitor e impressor/formatador de textos; Impressor/formatador para Braille; Diversos programas de uso geral para o cego, como Jogos de caráter didático e lúdico; Ampliador de telas para pessoas com visão reduzida; Programas sonoros para acesso à Internet, como Correio Eletrônico, Acesso a Homepage, Telnet e FTP. Leitor simplificado de telas para Windows.

Ainda, como recursos humanos temos professores que integram o corpo docente, de apoio e de coordenação com formação em pedagogia e psicologia, além de titulação em educação especial. A Faesp criou o Núcleo de Apoio à Inclusão, especialmente com a finalidade de atender as demandas das pessoas com necessidades especiais. À frente desse atendimento especializado, está a Diretora Acadêmica da Faesp, que possui curso de mestrado e especialização na área da educação especial e tem 25 anos de experiência na educação especial, na Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

Outras melhorias

Além das melhorias já mencionadas, este ano a Faesp teve toda a área externa modificada para tender (sic) questões de segurança, com a contratação de empresa especializada e guarita para identificação de alunos.

A iluminação das áreas externas foi em muito ampliada. Foram colocadas luzes de emergência em todos os blocos. Foi contratada nova empresa de xerox para atender os acadêmicos. Foi adquirido mais de 3.000 exemplares de livros para a biblioteca, somente neste ano, e mobiliários para salas de aula.

A Faesp ainda investiu na revitalização da internet, transformando toda a sua área em rede wireless. A rede contratada é dedicada, com conexão de fibra óptica da Copel, inclusive rede própria independente para alunos e outra para o setor administrativo.

A Faesp está em franco crescimento e esperamos ter transmitido esta realidade, neste processo.

Com base nas informações apresentadas pela IES e após pesquisas realizadas em processo em trâmite no Sistema e-MEC, foi possível identificar, de fato, melhorias. No PDI atualizado, cuja análise já foi feita pela Coordenação Geral de Regulação da Educação Superior a Distância, observa-se que os itens que lhe são concernentes foram atendidos.

Quanto aos requisitos legais, a instituição evidenciou várias melhorias, mas só apresentou documento comprobatório (Termo de Cooperação Técnica e Científica) relacionado às ações voltadas aos portadores de necessidades visuais, que foi o principal aspecto ressaltado pelos avaliadores na dimensão 7 (infraestrutura).

Embora a IES não tenha apresentado mais documentos que pudessem respaldar as informações apresentadas, pode-se inferir, com base no IGC e no novo PDI, que ela possui recursos e condições para continuar a desenvolver uma proposta de educação superior, o que não descarta a necessidade de se averiguar, na próxima avaliação, todas as transformações relatadas pela mantida.

IV- Conclusão

Considerando o disposto na legislação vigente, o Relatório de Avaliação Institucional nº 84434, o IGC e as considerações técnicas apresentadas acima, recomenda-se o recredenciamento da Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná, situada na Rua Pedro Gusso, nº 4150, Cidade Industrial, Curitiba - Paraná, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Anchieta, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Considerações do Relator

Considerando que:

- 1) Em consulta ao Cadastro e-MEC, em junho de 2015, a Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná possui Índice Geral de Cursos (IGC) igual a 3 (2012), IGC Contínuo 2.6289 (2013) e Conceito Institucional (CI) 3 (2011) e oferece os cursos de Administração, Ciências Contábeis, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, Engenharia Ambiental, Engenharia da Produção, Gestão de Produção Industrial, Logística, Pedagogia, Processos Ambientais e Sistema de Informação.

- 2) A IES obteve Conceito Institucional 3.0 (três), tendo sido atribuído conceito “bom” a quase todas as Dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), apresentando algumas fragilidades a serem superadas no ciclo avaliativo.
- 3) O processo foi devidamente instruído e a manifestação da SERES/MEC foi de deferimento do pleito objeto do presente processo, submeto à Câmara de Educação Superior (CES) deste órgão colegiado o voto abaixo.

II - VOTO DO RELATOR

Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Anchieta de Ensino Superior do Paraná, com sede na Rua Pedro Gusso, nº 4.150, bairro Cidade Industrial, no município de Curitiba, estado do Paraná, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Anchieta, com sede no mesmo município e estado, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007.

Brasília (DF), 8 de julho de 2015.

Conselheiro Luiz Fernandes Dourado – Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do relator.
Sala das Sessões, em 8 de julho de 2015.

Conselheiro Erasto Fortes Mendonça – Presidente

Conselheiro Sérgio Roberto Kieling Franco – Vice-Presidente